

Providência cautelar ameaça venda da TAP. Mas negociações continuam

Privatização. Associação Peço a Palavra interpôs processo para travar venda, argumentando que há ilegalidades no caderno de encargos. Governo quer acelerar processo, dada a frágil tesouraria da companhia, sobretudo depois da greve

RAFAELA BURD RELVAS

A providência cautelar que a Associação Peço a Palavra interpôs junto do Supremo Tribunal Administrativo poderá atrasar o processo de privatização da TAP, admitem os advogados contactados pelo DN/Dinheiro Vivo, mas dificilmente a impedirá. O governo garante que as negociações continuam, mas admite que a greve dos pilotos, mesmo tendo sido a que registou a menor adesão de sempre, foi suficiente para fragilizar "ainda mais a situação de tesouraria da TAP". Por essa razão, adiantou ontem o secretário de Estado dos Transportes, a empresa terá de apresentar, nos próximos dias, um plano para mitigar os prejuízos — que só nestes dez dias de paragem ditada pelo SPAC somaram 25 milhões de receitas perdidas e mais dez milhões em custos com dormidas, refeições e despesas de encaminhamento. Para o turismo, os custos foram de mais 25 a 28 milhões de euros.

"O cenário da TAP não é igual, antes e depois desta greve. Precisaremos de reduzir os custos em alguma coisa", afirmou Sérgio Monteiro, indicando a próxima semana como prazo para administração apresentar as propostas de cortes. Um plano necessário devido aos cinco dias de greve no segundo semestre do ano passado, seguidos de uma ameaça de greve no final do ano e dos últimos dez dias de paralisação. "Foram mais de 100 milhões de euros" de perdas em pouco mais de um ano, sublinhou o ministro da Economia, António Pires de Lima.

Ainda por confirmar está uma nova greve, hipótese que o ministro considera "totalmente impensável". Para já, o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) só revela que irá "desenvolver todas as diligências necessárias" e uma assembleia de empresa será "oportunamente convocada". E assume uma mudança de tom. Depois de se ter reunido com três sindicatos que ficaram de fora do acordo assinado com o governo no final do ano passado, Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil e Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil, ontem o SPAC prometeu, em comunicado, "desenvolver todas as diligências



Movimento Não TAP os Olhos admite voltar a recorrer a tribunal

PROTESTO O movimento Não TAP os Olhos não põe de parte a possibilidade de interpor novas ações, caso o tribunal opte por não dar seguimento à providência cautelar, revelou ontem o cineasta António-Pedro Vasconcelos, mentor do movimento. O Não TAP os Olhos tem vindo a manifestar-se con-

tra a privatização da TAP, juntando personalidades como Marinho e Pinto, Sampaio da Nóvoa, Camané Santos ou Viriato Soromenho-Marques. No dia 15, a Associação Peço a Palavra, que serve como braço jurídico deste movimento, irá discutir a privatização da TAP na Gulbenkian.

necessárias e suficientes para congregar forças alargadas que se opõem a este opaco e desastroso processo de privatização". Ou seja, depois de meses a afirmar que não se opunha à venda, o SPAC admite agora mudar de lado, juntando-se às vozes contra a privatização.

Entre estas está a Associação Peço a Palavra, ligada ao movimento Não TAP os Olhos, que interpôs um processo para travar a venda da companhia. Em causa estão várias cláusulas do caderno de encargos que a associação considera serem ilegais, como o requisito de manter a sede e a direção da TAP em Portugal, que "atenta contra o direito de livre estabelecimento" da União Europeia e "é impossível de controlar", ou a exigência de assegurar o serviço público. Na sexta-feira, segundo o *Público*, o tribunal terá aceitado julgar este processo.

"A providência cautelar, por si mesma, não vai travar imediata-

mente o processo de venda, que é complexo e tem várias fases", diz Paulo Moura Marques, especialista na área de aviação da Abecasis, Azoia, Moura Marques e Associados. Porém, no momento em que a providência dá entrada, "a autoridade em causa — neste caso, o governo — é imediatamente notificada e, por lei, tem de parar a execução do ato, isto é, a privatização", acrescenta um advogado que prefere não ser identificado.

Existe, no entanto, o instrumento da resolução fundamentada, a que o governo pode recorrer para argumentar que é de interesse público continuar com a privatização e, assim, contornar a suspensão. Tal como acontece com a providência cautelar, assim que a resolução é entregue em tribunal, o processo pode ser retomado. Contactado pelo DN/Dinheiro Vivo, o Ministério da Economia não confirmou que tenha sido notificado

PRIVATIZAÇÃO

Pais do Amaral fora da corrida

O empresário Miguel Pais do Amaral, único português interessado na privatização da TAP, poderá ter desistido da compra, noticiou ontem o *Diário Económico*. A decisão de Pais do Amaral, que tentava candidatar-se em consórcio com o norte-americano Frank Lorenzo, terá sido influenciada pelos atrasos no processo, no que se refere à abertura do *data room* e da divulgação dos resultados da TAP, assim como pela greve dos pilotos. O governo nega, porém, que tenha sido notificado da desistência de qualquer dos interessados.

sobre este processo e garante apenas que as negociações se mantêm até dia 15.

No final "pode haver uma decisão do tribunal que determine que as regras aplicadas a este processo de privatização não estão conformes com a lei", diz Paulo Moura Marques. Se assim for, "este modelo de privatização não poderá prosseguir. Seja como for, há dois aspetos que devem ser levados em conta, refere outro advogado. Primeiro, a Associação Peço a Palavra pode não ter legitimidade. "Embora o juiz tenha aceitado a providência, a primeira coisa que fará ao apreciar o caso é saber se a associação tem competências para se apresentar em tribunal", diz. Segundo, o princípio da separação de poderes impede que o tribunal tome decisões sobre a privatização. "O tribunal não pode substituir-se ao governo na tomada de decisões e, caso existam, decidir quais serão as consequências."